



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

RESUMO

MODALIDADE	Nº DO PROCESSO	CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS		LOCAL
PREGÃO ELETRÔNICO	012/2024	INÍCIO 05/05/2024 às 17h	TERMINO 18/05/2024 às 07h	http://bll.org.br/

OBJETO:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE PLANTAS ORNAMENTAIS, ÁRVORES NATIVAS DESTINADOS A IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS VERDES, PRACAS, JARDINS, VIAS PÚBLICAS E OUTROS ESPAÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE ACOPIARA/CE, ATENDENDO ÀS NECESSIDADES DAS AÇÕES DE PASAGIEM, ARBORIZAÇÃO URBANA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE DESENVOLVIDAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL.

DATA DA ABERTURA:	HORA DA ABERTURA	HORA DA DISPUTA	TIPO	CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MODO DE DISPUTA
18/05/2024	08:00h	08:01min	MEIORE PREÇO	GLOBAIS POR LOTE	ABERTO E FECHADO

REFERÊNCIA DE TEMPO: PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO UTILIZADAS PELO SISTEMA SERÁ OBSERVADO O FUSÁRIO DE BRASÍLIA/DF.

ÓRGÃO GERENCIADOR:

- SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S):

- SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

LICITAÇÃO EXCLUSIVA DE COM COTAS PARA ME E EPP?	FORNECIMENTO	GARANTIA DA PROPOSTA	VIGÊNCIA CONTRATO	POSSIBILIDADE DE AMOSTRAS?
NÃO	PARCELADO	SIM	A PARTIR DA ASSINATURA POR O PRAZO DE 12 (DOZE) MESES	SIM

DOS ATENDIMENTOS, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES, RECURSOS E VISTAS AO PROCESSO: ATENDIMENTOS E DEMAS TRATATIVAS, como PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS e PEDIDOS DE VISTAS AOS AUTOS do presente procedimento serão realizados EXCLUSIVAMENTE por meio virtual, mediante pedido formal a ser enviado através do e-mail: licitacao@acoipara.ce.gov.br, no caso de IMPUGNAÇÕES e RECURSOS serão realizados EXCLUSIVAMENTE através da plataforma www.bllcompras.org.br.

Observações Importantes:

- Existindo divergência entre as informações constantes deste recurso e dos demais campos do edital é sua responsabilidade, prioritariamente as informações constantes deste recurso.
- Havendo divergência entre os textos constantes do edital e seus anexos, inclusive quanto a especificação dos materiais, unidades e demais esclarecimentos são aqueles constantes da plataforma BLL, prevalecendo as informações constantes do edital e seus anexos.





PREFEITURA DE
ACOPIARA

TERMO DE REGISTRO E REGISTRO



MINUTA DE EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026

PARTE GERAL

PRELÂMBULO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ACOPIARA/CE, por meio do Agente de Contratação, ora denominado de Pregoeiro, e por ordem da autoridade competente desta pessoa ao qual consta acima relacionado, termo público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto processo licitatório, na modalidade **PREGÃO**, em formato **ELETRÔNICO Nº 012/2026**, do tipo e critério de julgamento aninhados no quadro resumo acima, do modo e nas condições fixadas no quadro do resumo inicial, a ser realizado em sessão pública por meio de comunicação via internet, através do endereço eletrônico www.licitacoes.org.br, dará início aos procedimentos de abertura e análise das propostas de preços, formalização de lances e análise e verificação dos documentos de habilitação e demais procedimentos afins ao processo, tudo mediante as condições estabelecidas e exigências previstas no presente Edital, na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 60 de 01 de Novembro de 2023 -- Decreto de Regulamento Municipal da Nova Lei de Licitações e contratos e demais normas pertinentes a, ainda, pelas disposições estabelecidas no presente edital e seus anexos.

A parte geral do presente edital é subdividida em duas outras partes, conforme a seguir apresentadas:

SUBPARTE A - CONDIÇÕES PARA COMPETIÇÃO, JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

Em que são estabelecidas as regras e as condições para competição, julgamento e formalização da ata de registro de preços e do contrato.

SUBPARTE B - ANEXOS

- ANEXO I - Termo de Referência e seus anexos;
- ANEXO II - Modelo da Proposta de Preços;
- ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços e anexos;
- ANEXO IV - Minuta do Contrato.

1. DO OBJETO

A presente licitação tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE PLANTAS ORNAMENTAIS, ARVORES NATIVAS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS VERDES, PRAÇAS, JARDINS, VIAS PÚBLICAS E DEMAIS ESPAÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE ACOPIARA/CE, ATENDENDO AS NECESSIDADES DAS AÇÕES DE PAISAGISMO, ARBORIZAÇÃO URBANA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE DESENVOLVIDAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL**, tudo conforme especificações contidas no Termo de Referência, constante do anexo 01 do Edital.

2. DAS FASES DO PROCESSO LICITATÓRIO

- 2.1. A disputa do presente procedimento licitatório terá o seguinte trâmite, em fases distintas:
 - 2.1.1. Credenciamento perante a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – (BLB);
 - 2.1.2. Recebimento das “Propostas de preços” e “Documentos de Habilitação” via sistema;
 - 2.1.3. Abertura das Propostas de preços apresentadas, verificação e classificação inicial;
 - 2.1.4. Lances, aplicação do direito de preferência e critérios de desempate;
 - 2.1.5. Amostras, se for o caso;
 - 2.1.6. Negociação, se for o caso;
 - 2.1.7. Apresentação de propostas ajustadas, se for o caso;





- 2.1.8. Fase de aceitabilidade das propostas;
- 2.1.9. Habilitação do proponente na/da classificação;
- 2.1.10. Recursos;
- 2.1.11. Adjudicação.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO.

2.1. PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

2.1.1. Qualquer interessado na forma de **JURÍDICA** que:

2.1.1.1. Sob a denominação de sociedades empresárias (sociedades em nome coletivo, em comandita simples, em comandita por ações, anônima e limitada) e de sociedades simples, regularmente estabelecidas neste País, cadastrados ou não no Cadastro de Fornecedores da PREFEITURA MUNICIPAL DE ACOPIARA/CE, e que atestarem a todas as condições da legislação em vigor, desta edital, e que tenha sua atividade econômica compatível com o objeto da licitação, previamente credenciada perante a Junta de Licitação e Leilões do Brasil - (JLL), mediante atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subseqüente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, observado datas e horários estabelecidos neste edital;

2.1.1.2. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo fluxo documental da porta de negócios diante da inoperância de quaisquer mensagens enviadas pelo sistema ou de desconexão do seu representante;

2.1.1.3. Quaisquer dúvidas em relação ao acesso ao sistema operacional poderão ser esclarecidas pelo número: Caririba-PB (41) 3097-4600, e ainda através do chat pelo atendimento online no site: www.b3.org.br ou pelo e-mail: contato@b3.org.br;

2.1.1.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a posse de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico;

2.2. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

2.2.1. O autor da anteposta, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.2.2. Empresas que não se enquadrar na condição de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP (quando for exclusiva);

2.2.3. O responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.2.4. Empresas reatadas em concurso;

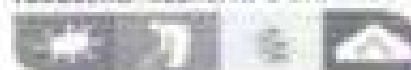
2.2.5. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nesta condição (Acórdão nº 746/2014-TCO-Piauí);

2.2.6. Instituições sem fins lucrativos, qualificadas na forma dos arts. 3º a 7º da Lei nº 2.637/1998, exceto se o objeto desta licitação se inserir entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização;

2.2.7. (Acórdão nº 1.406/2017-TCO-Piauí);

2.2.8. Pessoa física ou jurídica que se encontrar, ao tempo da licitação, impedida de participar da licitação em decorrência de sanção de suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE ACOPIARA, ter/haver sido declarada inidônea e esteja impedido de licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, que esteja cadastrado positivamente no Sistema de Cadastroamento Unificado de Fornecedores (SICAF), no Cadastro Consolidado de Pessoa Jurídica do TCU, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CENI), no Cadastro Nacional de Empresas Paralisadas (CNEP);

2.2.9. Aquela que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que dele seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;





3.2.10. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 13 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.2.11. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravidão ou por contratação de adolescentes nos termos vedados pela legislação trabalhista;

3.2.12. Que tenham em comum mesmo preposto ou procurador;

3.2.13. Os interessados que se encontram em processo de falência decretada ou em processo de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação;

3.2.14. É permitida a participação de empresa em condição de recuperação judicial desde que atendida em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório nos termos da resolução nº 1.201/2010 do TCU;

3.2.15. Empresas cujos dirigentes, gestores, sócios ou componentes de seu quadro técnico sejam funcionários ou empregados públicos da Administração Pública Municipal Direta ou Indireta;

3.2.16. Empresas Estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;

3.2.17. Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

4. DISPOSIÇÕES DE OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA PELO PROPONENTE NO CURSO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.

4.1. O proponente interessado na participação da presente licitação fica OBRIGADO a:

- a) Responsabilizar-se pela proposta, declarações, documentos e demais informações cadastradas ou anexadas à plataforma eletrônica BLL, bem como pelos registros realizados no CHAT durante o procedimento e julgamento do certame;
- b) Realizar as declarações eletrônicas exigidas no cadastro da proposta na plataforma eletrônica BLL, sem qualquer falsificação da verdade;
- c) Remeter, no prazo estabelecido, EXCLUSIVAMENTE VIA SISTEMA, os documentos de habilitação, a proposta e, quando necessária, os documentos complementares solicitados no presente Edital e seus ANEXOS;
- d) Manter-se logado (online) ao BLL, acompanhando os trabalhos de processamento do certame durante toda a Sessão Pública Eletrônica, atendendo imperiosamente aos chamados do(a) Pregoeiro(a) via CHAT;
- e) Cumprir integralmente a proposta comercial cadastrada no o lance final registrado na BLL;
- f) Não fazer declaração falsa ou não apresentar documentos falsos;
- g) Não cometer fraude fiscal;
- h) Não fazer contato ou negociar proposta com concorrente(s);
- i) Não fraudar ou frustrar a concorrência com utilização de mecanismos eletrônicos de registro de propostas, lances e/ou documentos;
- j) Não infra-ir, para fins de garantia do andamento da fase competitiva, qualquer tipo de caractere especial identificador da empresa no cadastro da proposta eletrônica na BLL;
- k) Não praticar qualquer ato lesivo à Administração Pública contido no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;
- l) Não se enquadrar em nenhuma das proibições indicadas nas alíneas do item 3.2 deste Edital.

5. DO CREDENCIAMENTO DO PROPONENTE NA PLATAFORMA ELETRÔNICA.

5.1. Para participar do pregão o interessado deverá previamente se credenciar junto a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - (BLL), provedora de sistema, através de corretora de mercadorias associada ou diretamente, no site da Bolsa. No caso de corretor, o licitante deverá estar credenciado através da corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - (BLL) por ele indicada, junto à respectiva CRO - Central Regional de Operações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - (BLL);

5.2. O cadastramento do licitante deverá ser requerido junto a Bolsa de Licitações e Leilões através de contato telefônico pelo número (41) 3042-9009 ou pelo site www.bll.org.br, link - "serviço de adesão", acompanhado dos seguintes documentos:





a) Instrumento particular de mandato, outorgado à comissão associada, por meio de seu operador devidamente credenciado junto à Base de Licitações e Pregões do Brasil – (BLI), poderes específicos de sua representação no prego;

h) Declaração de fato superveniente impeditivo da habilitação.

5.3. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal na plataforma eletrônica implica a responsabilidade legal pelas atas praticadas e a preservação da capacidade técnica para realização das transações inerentes ao prego eletrônico.

6. PARÂMETROS DOS DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS NO PROCEDIMENTO.

6.1. Obrigatoriamente, os documentos deverão ser de mesma sede e igualdade de CNPJ, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para todas as filiais. O controle será celebrado com a sede que apresentará a documentação.

6.2. Cada proponente deverá apresentar através do sistema BLI, os documentos exigidos no Termo de Referência do Edital por meio da Internet, sendo:

- a) a Proposta de Preços Inicial;
- b) Garantia da Proposta;
- b) os Documentos de Habilitação; (caso seja declarada verdadeira após notificação)
- c) a Proposta de Preços Ajustado; (caso seja declarada verdadeira após notificação)

6.3. Os documentos, em formato de arquivo, a serem enviados via internet somente poderão ter as extensões *.doc, *.xls, ou *.pdf.

6.4. Os documentos comprovadamente apresentados em formato convertido ou incompatível com a versão eletrônica operada, poderão ser solicitados mediante nova anexação, por parte do(a) Proponente(a), ficando a critério desta(o), de acordo com o caso concreto, realizar tal solicitação, a fim de que se façam as esclarecimentos necessários ao pleno julgamento.

7. DA PROPOSTA DE PREÇOS CONSOLIDADA E GARANTIA DA PROPOSTA

7.1. FORMALIDADES QUANTO A PROPOSTA DE PREÇOS E GARANTIA DA PROPOSTA:

7.1.1. A Proposta de Preços, sob pena de desclassificação, deverá ser elaborada conforme o anexo 02 deste instrumento, em papel timbrado da proponente, datado, assinado, devidamente autuado e sendo enviada exclusivamente por meio da plataforma do BLI, caracterizando o tipo proposto no campo discriminado, em conformidade com o Termo de Referência – anexo 01 do Edital.

7.1.2. A proposta de preços (inicial) servirá para fins de verificação das condições da proposta, bem como, para realização de comparativo entre a proposta de preços final (consolidada), a qual, encontrada divergência entre as mesmas, valerá apenas a redução dos preços em virtude dos leilões ou de melhor oferta, a proponente será desclassificada.

7.1.3. É de inteira responsabilidade da proponente a inclusão dos arquivos os quais possuem compatibilidade com os sistemas operacionais contratuais. Caso a proposta de preços seja apresentada em arquivo corrompido, observando as disposições contidas no item 3.4 deste edital, a proponente será desclassificada.

7.1.4. Será exigido **garantia de 1% do valor estimado para contratação** conforme disposto no artigo 58 da Lei nº 14.133, de 2021, ao qual deverá ser anexada no momento do registro de sua proposta inicial, como requisito de pré-habilitação, ou seja, antes da abertura da proposta.

7.1.4.1. A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 desta Lei.

§ 1º Cederá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

1 - caução em dinheiro ou em título da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de controle gerenciado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia; (Ao optar por caução em dinheiro, os interessados deverão entrar em contato ou procurar a Unidade Arrecadadora/Tesouraria da Secretaria de Finanças do Município de Acopiara/CE para informações sobre a agência bancária e conta corrente específica para esta finalidade.





II - Seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por a operar no País pelo Banco Central do Brasil, banco ou instituição financeira devidamente autorizada;

IV - Título de capitalização emitido por pagadora única, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023).

7.1.4.2. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato ou da data em que for declarada inexistente a licitação.

7.1.4.3. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

7.2. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS INICIAL

7.2.1. A participação neste certame licitatório dar-se-á pela utilização da senha de acesso individual a plataforma eletrônica BIL de cada proponente, mediante prévio cadastro da proposta até a data e horário previstos para abertura da sessão do certame.

7.2.2. Nos termos da Lei 14.133/2021, o proponente DEVERÁ, OBRIGATORIAMENTE E PREVIAMENTE, SOB PENA DE DESCCLASSIFICAÇÃO, anexar sua proposta de preços (inicial) junto com a garantia de proposta de 1% do valor estimado na plataforma de BIL na ABA - Arquivos Resguardados - como também ANEXAR o arquivo correspondente a proposta (juntamente com os documentos e informações técnicas de comprovação da qualidade do objeto proposto, caso sejam exigidos no Termo de Referência), até a data e horário marcados para abertura da sessão.

7.3. Até a abertura da sessão do certame, o proponente poderá, livremente, retirar, alterar ou substituir a proposta anteriormente cadastrada, como também incluir ou anexar novos documentos relativos à proposta comercial e/ou habilitação. **Depois da data e horário de abertura da Sessão, não caberá qualquer alteração ou desistência de proposta.**

7.3.1. Nenhuma proposta comercial ou documentação de habilitação poderá ser encaminhada ao(a) Pregoeiro(a) por e-mail ou outro meio de comunicação antes do encerramento da etapa competitiva, sob pena de quebra do andamento da competição e consequente desclassificação.

7.4. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo proponente, observada e disposto no caput, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de julgamento.

7.4.1. O proponente deverá consignar diretamente no Sistema, na forma nele disposta, além da descrição sucinta do objeto a ser fornecido, inclusive com indicação de marca, modelo e fabricação (se for o caso), a quantidade e os valores unitários e total do objeto proposto, já incluídas todas as despesas inerentes, tais como: impostos, taxas, fretes, seguros e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto.

7.4.2. Não poderá ser incluído no registro da proposta eletrônica diretamente na BIL qualquer nome, texto, elemento ou caractere que possa identificar o proponente, sob pena de DESCCLASSIFICAÇÃO da proposta e aplicação de SANÇÃO ADMINISTRATIVA.

7.4.3. No momento do cadastro da proposta comercial deverá o proponente anexar a respectiva proposta de preços (inicial) e a documentação de habilitação, se for o caso, bem como, realizar as DECLARAÇÕES ELETRÔNICAS, disponíveis no próprio Sistema (se for o caso).

7.4.4. Para cadastramento da proposta no sistema BIL, o licitante deverá se ater ao critério de julgamento definido no presente certame, conforme definição no quadro de resumo constante do início deste edital, podendo ser:

7.4.4.1. Para cadastramento da proposta e para a oferta das lances no sistema (BIL), o licitante deverá se ater ao critério de julgamento definido no presente certame, conforme definição no quadro de resumo constante do início deste edital, podendo o julgamento ser realizado POR LOTE ou POR ITEM.

7.5. PRECAUCÕES E COMPROMISSOS QUANTO A PROPOSTA DE PREÇOS

7.5.1. O registro de proposta de preços eletrônica, seja ela inicial ou final, vinculada ao presente certame implica, independente de declaração expressa, na(s):

a) aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus ANEXOS;

b) garantia do cumprimento da proposta por prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital;





- c) compromisso do proponente para com o rigoroso cumprimento das especificações técnicas, prazos e condições fixadas no Termo de Referência (anexo III);
- d) impossibilidade de posterior desistência ou declínio de proposta a partir da data da sessão eletrônica inicial, ou de requerer qualquer anulação de lance que deveria ter sido incluído na sua proposta;
- e) submissão às sanções administrativas previstas neste Edital e seus ANEXOS;
- f) obrigação de participar ativamente do certame (ON-LINE) até a sua conclusão, encaminhando toda a documentação solicitada e/ou prestando as informações e esclarecimentos solicitados pelo(a) Pregoeiro(a).

7.5.2. Após a abertura da sessão pública eletrônica do presente certame, não cabe em nenhuma hipótese desistência de proposta.

7.6. DOS PREÇOS, CLASSIFICAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.6.1. O encaminhamento da Proposta de Preços pressupõe o pleno conhecimento e entendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. O proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome na plataforma eletrônica, assumindo como firmada e verdadeira sua Proposta de Preços lançada.

7.6.2. Não será possível a oferta de quantidades inferiores às previstas no Termo de Referência antes do edital.

7.6.3. Os preços constantes da Proposta de Preços do proponente deverão conter apenas 02 (dois) casas decimais após a vírgula em seus valores globais e unitários, inclusive em propostas de adoção, quando for o caso.

7.6.4. Os preços propostos deverão estar de acordo com o quantitativo da item cotado.

7.6.5. Os preços propostos e a proposta de preços em si são de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei, sob os casos nitidamente verificáveis e atestados pelo(a) Pregoeiro(a) que, dentro da situação concreta, poderá agir no sentido de prospectar maior veracidade e eficiência no julgamento.

7.6.6. Havendo discrepância entre o preço unitário e total, prevalecerá aquele lançado no sistema e utilizado para classificação das Propostas de Preços, devendo o(a) Pregoeiro(a) proceder às correções necessárias.

7.6.7. Havendo discrepância entre a especificação dos itens do edital e seus ANEXOS e aqueles lançados no sistema, prevalecerão as especificações do edital e seus ANEXOS.

7.6.8. Na elaboração da Proposta, o preço criado poderá ultrapassar o valor de referência da presente licitação. Entretanto, na disputa de lances, o lance final deverá atingir preço inferior ou igual ao limite máximo constante do Mapa de Preços, o preço unitário dos itens que compõem o lote deverá ser inferior ou igual aquele limite.

7.6.9. Caso não seja realizada a disputa de lances, a proponente que cotou na proposta o menor preço deverá reduzi-lo a um valor inferior ou igual ao limite máximo acima especificado. Nesse contexto, estando a proposta inicial inferior ao cotado, a mesma deverá ser considerada.

7.6.10. O critério de julgamento do processo licitatório será aquele constante da parte específica do procedimento.

7.6.11. Não serão adjudicadas Propostas de Preços com valores superiores à média dos preços unitários e totais estimados para a contratação, os quais se encontram definidos no Termo de Referência.

7.6.12. O prazo de validade da Proposta de Preços não pode ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos da sessão de abertura desta licitação, conforme Art. 48, § 3º, da Lei nº 10.024, de 2019. Caso a proponente não informe em sua Proposta de Preços o prazo de validade, será considerado aquele definido neste Edital.

7.6.13. O(a) Pregoeiro(a) visando o atendimento à ampliação do princípio da competitividade, bem como, visando à utilização do formalismo moderado poderá, dentro da análise de conveniência e oportunidade e ante ao caso concreto, realizar o atendimento de eventuais erros ou divergências constantes das propostas de preços, seja ela inicial ou a final (adequada).

7.6.14. Será desclassificada a Proposta de Preços apresentada em desconformidade com este item.





PREFEITURA DE
ACOPIARA
TRANSPARÊNCIA, RESPONSABILIDADE E INICIATIVA

8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação estarão listados no Item 6 do Termo de Referência (ANEXO I DESTA EDITAL) e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da lista de lances. O prazo para envio da referida documentação é de até 02 (duas) horas, a contar da convocação, e será realizado via sistema, caso opte por anexar os documentos de habilitação já na fase inicial e a empresa for arrematante do LOTE/ITEM, os mesmos já serão analisados após a disputa de lances sem a necessidade de envio dos mesmos.

8.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portalfiscal.inf.br/cnpj/consulta/gm/CEIS/uf);

8.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.br/improbidade/uf);

8.5. Lista de Inidôneos mantida pela Tribunal de Contas da União - TCU;

8.6. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<http://certidaoesajl.apps.tragovir.br/>).

8.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.8. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.9. A tentativa de fraude será verificada por meio das vitórias societárias, listas de fornecimentos similares, dentre outros.

8.10. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.11. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.12. O descumprimento do sistema acima legível à inabilitação do fornecedor, mesmo se a consulta aos sites eletrônicos oficiais estiverem de certidão(ões) legítima(ões) em contrário a(s) certidão(ões) válida(s).

8.13. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o fornecedor será convocado a apresentá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

8.14. Somente haverá a necessidade de comprovação de preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.15. Havendo necessidade de analisar pessoalmente os documentos originais, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

8.16. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar qualquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.17. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade convocará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

8.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

9. DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:





9.1.1. O Pregão será do tipo Eletrônico e qual será gerenciado em meio público por meio da plataforma (BLL), mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todos os seus laços através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações).

9.1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da PREFEITURA MUNICIPAL DE ACOPIARA/CE, AGENTE DE CONTRATAÇÃO denominado como(a) **PREGOEIRO(A)**.

9.1.3. O proponente poderá enviar as informações da Proposta de Preços e documento de habilitação e participar da disputa através da plataforma eletrônica.

9.1.4. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do proponente direto ou do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta inicial de preços e seus ANEXOS, exclusivamente por meio da plataforma eletrônica, observadas as condições e limites de data e horário estabelecidos neste Edital.

9.1.5. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) designado ao respectivo procedimento administrativo, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital.

9.1.6. Na hipótese de não haver expediente na data designada para a realização do ato, este será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário ou em outra data a ser fixada na plataforma pelo agente de contratação denominado como(a) Pregoeiro(a).

9.1.7. A comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e os proponentes ocorrerá EXCLUSIVAMENTE mediante troca de mensagens em campo próprio da plataforma eletrônica (CHAT), a qual será gerenciado diretamente pelo(a) Pregoeiro(a) e será integralmente reproduzido na Ata da Sessão Eletrônica.

9.1.8. Cabe ao PROPONENTE acompanhar as operações na plataforma eletrônica BLL, anexar a PROPOSTA DE PREÇOS FINAL (CONSOLIDADA), os DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, se for o caso, e PRESTAR AS INFORMAÇÕES SOLICITADAS, durante toda a licitação, responsabilizando-se pelos atos decorrentes de preclusão de direitos, perda de negócios e/ou sanções por descumprimentos de obrigações, diante da inservilidade de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.1.9. A não anexação ou envio da proposta comercial e documentos de habilitação exigidos no Edital (e seus ANEXOS), bem como a não anexação de documentos complementares, prestação de informações e não pronunciamento em relação à questão suscitada pelo(a) Pregoeiro(a), além de possibilitar a abertura DECLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do particular do certame, poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital, sem prejuízo de outras responsabilidades civis e penais que venha acarretar, nos termos das regras contidas no Capítulo I do Título IV da Lei nº 14.133/2021.

9.1.10. Toda a Sessão Pública será documentada automaticamente pelo sistema na respectiva ATA DA SESSÃO, a qual será gerada e disponibilizada para consulta de todos os interessados por meio da plataforma eletrônica BLL.

9.1.11. Na hipótese de ocorrer desconexão do(a) Pregoeiro(a) ou desconexão da Sessão e a plataforma eletrônica permanecer acessível aos proponentes, os trabalhos continuarão e os lances serão recebidos, sem qualquer prejuízo dos atos realizados.

9.1.12. No caso de a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a DEZ MINUTOS, a Sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá início somente 24h (vinte e quatro horas) após comunicação expressa aos participantes, por meio da plataforma eletrônica no site (www.bllcompras.org.br).

9.1.13. Cabe ao proponente acompanhar continuamente os documentos, pareceres e atos divulgados na disponibilizados por meio do Portal de Licitações do TCE/CE.

9.1.14. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) poderá suspender a Sessão com a devida comunicação prévia via CHAT, com o também registrando na plataforma eletrônica BLL a nova data e horário para a sua continuidade.

9.1.15. Em face do horário, poderá o(a) Pregoeiro(a) estabelecer intervalo para almoço, sem a suspensão da Sessão, mediante comunicação prévia via CHAT.

9.2. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.2.1. O(A) Pregoeiro(a) realizará previamente a sessão eletrônica, a configuração quanto a operacionalização do julgamento na plataforma, informando o período para análise do(a) proposta(s) de preços inicial(is), a quantidade máxima de lances e os lances a serem abertos simultaneamente, dentre outros parâmetros relativos à disputa.





9.3.2. A partir da horário estabelecido no quadro-resumo (parte superior do edital) terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a abertura e divulgação dos preços das Propostas de Preços Iniciais cadastradas, passando o(a) Pregoeiro(a) a avaliar sua aceitabilidade.

9.3. DA ACEITABILIDADE E ANÁLISE DA CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS INICIAIS

9.3.1. Antes da etapa de disputa, o(a) Pregoeiro(a) verificará preliminarmente as propostas de preços iniciais registradas **eletronicamente no sistema, em campo próprio e DESCLASSIFICARÁ**, por despacho fundamentado, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital (e seus ANEXOS), respeitadas as limitações das informações disponíveis antes da fase competitiva.

9.3.2. Não será aceita proposta que indique quantidade inferior àquela exigida no Termo de Referência (item 01).

9.3.3. Qualquer nome, texto, elemento ou caractere que possa vir a identificar o proponente perante os demais concorrentes poderá importar na DESCLASSIFICAÇÃO da proposta.

9.3.4. A DESCLASSIFICAÇÃO da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real, por todos os participantes.

9.3.5. Somente as propostas com propostas julgadas conformes com as exigências técnicas do Edital (e seus ANEXOS) participarão da fase competitiva ou de disputa de lances, havendo a ordenação automática das propostas pela plataforma eletrônica BLI.

9.3.6. Caso não existam propostas eletrônicas cadastradas, o(a) Pregoeiro(a) DECLARARÁ o certame DESERTO, porém a câmara de Autoridade Competente a mesma poderá ser repulicada sendo renovada nova data na plataforma.

9.3.7. Caso todas as propostas cadastradas sejam DESCLASSIFICADAS, o(a) Pregoeiro(a) DECLARARÁ o certame FRUSTRADO.

9.4. DA FASE DE LANCES

9.4.1. A fase de lances poderá ocorrer sob o formato de disputa em modo "aberto" ou "aberto fechado", conforme sinalizado no quadro-resumo constante do início do edital, devendo o licitante atentar-se quanto ao formato definido, observando, ainda:

9.4.2. DO MODO DE DISPUTA ABERTO

9.4.2.1. No modo de disputa "ABERTO", de que trata este edital, os proponentes apresentarão lances públicos e sucessivos, observados os seguintes procedimentos:

a) A etapa de envio de lances na sessão pública durará DEZ MINUTOS e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos ÚLTIMOS DOIS MINUTOS do período de duração da sessão pública.

b) A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item 7.4.8, será de DOIS MINUTOS e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances ofertados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

c) Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 7.4.8 e 7.4.9, a sessão pública será encerrada automaticamente.

d) Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no item 7.4.10, o(a) Pregoeiro(a) poderá admitir mediante justificativa o reinício da etapa de envio de lances, em caso de conservação do formato a disputa ou do melhor preço, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 7º do Decreto Federal nº 11.924, de 29 de setembro de 2019.

9.4.3. DO MODO DE DISPUTA ABERTO FECHADO

9.4.3.1. No modo de disputa "ABERTO FECHADO" os proponentes apresentarão lances públicos e sucessivos, com um lance final e fechado, observados os seguintes procedimentos:

a) A disputa terá duração inicial de QUINZE MINUTOS e, após tal prazo, o Sistema encerrará antes de fechamento iminente da primeira parte dos lances, após o que transcorrerá um segundo período de tempo de até DEZ MINUTOS, sucessivamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;





- b) Encerrada a fase prevista no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até DEZ PORCENTO SUPERIORES àquela possam ofertar UM LANCE FINAL E FECHADO em até CINCO MINUTOS, o qual será SIGILOSO até o encerramento desta fase;
- c) Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores lances, na ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, até a número de TRÊS, oferecer UM LANCE FINAL E FECHADO em até CINCO MINUTOS, o qual será SIGILOSO até o encerramento desta fase;
- d) Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o Sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores;
- e) Não havendo LANCE FINAL E FECHADO classificada na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais proponentes, até o número de TRÊS, na ordem de classificação, possam ofertar UM LANCE FINAL E FECHADO em até CINCO MINUTOS, o qual será SIGILOSO até o encerramento desta fase;
- f) Poderá o(a) Pregoeiro(a), justificadamente, adotar o REINÍCIO DA ETAPA FECHADA caso nenhum PROPONENTE CLASSIFICADO na etapa de lance fechado atenda às exigências de HABILITAÇÃO.

9.4.4. ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE OS LANCES:

- 9.4.4.1. Aberta a etapa competitiva, será considerado como primeiro lance a proposta de preço (inicial). Em seguida os proponentes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio da plataforma eletrônica, sendo o proponente imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;
- 9.4.4.2. Para efeito de lances, o proponente deverá considerar o valor anterior do item;
- 9.4.4.3. Os proponentes poderão ofertar lances sucessivos, desde que inferiores ao seu último lance registrado no Sistema, ainda que este seja maior que o menor lance já ofertado por outro(s) proponente;
- 9.4.4.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que sobre a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais), conforme artigo 31, parágrafo único do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2015;
- 9.4.4.5. Durante a sessão pública de disputa, os proponentes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O Sistema não identificará o autor dos lances ao(a) Pregoeiro(a) nem aos demais participantes;
- 9.4.4.6. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos PROPONENTES deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. É de inteira responsabilidade do proponente se manter conectado ao sistema e acompanhar a fase competitiva;
- 9.4.4.7. Os lances serão ofertados item/lotes a item/lotes, conforme critério de julgamento definido, podendo, contudo, o(a) Pregoeiro(a) realizar a abertura de mais de um item/lotes de forma simultânea;
- 9.4.4.8. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro;
- 9.4.4.9. Quando o preço do item/lotes ofertado resultar com um valor inferior que permita mais de 02 (dois) casas decimais, serão consideradas apenas as 02 (duas) primeiras casas decimais (centavos), devendo o(a) Pregoeiro(a) e o proponente visivelmente proceder às adequações de preço necessárias, inclusive por ocasião da entrega Proposta de Preços final consolidada;
- 9.4.5. Na hipótese de a plataforma eletrônica desconectar para o(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer ausente(s) aos proponentes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;
- 9.4.6. Quando a desconexão da plataforma eletrônica para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, na data eletrônica utilizada para divulgação;
- 9.4.7. Na hipótese dos itens 9.4.4 e 9.4.5, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema;
- 9.4.8. Caso o proponente não apresente lances, ocorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas;
- 9.4.9. O Sistema informará a proposta de menor preço se encerrar a fase de disputa;
- 9.4.10. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade de cada proponente, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração posterior.



9.4.1.1. Durante a etapa de disputa de lances, o(a) Pregador(a) poderá EXCLUIR qualquer lance cujo valor seja considerado supostamente irrisório ou insignificante, até que esteja ter sido lançado novamente, cabendo ao licitante o encarcerramento de mensagens automáticas ao proponente, o qual terá a facilidade de repetir tal lance.

9.5. DIREITO DE PREFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

DIREITOS DE PREFERÊNCIA

9.5.1. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação dos critérios estabelecidos no caput do art. 66º da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, se não houver proponente que atenda à primeira hipótese.

9.5.2. Em relação aos itens não exclusivos a Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetuada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas participantes, permitindo a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

9.5.3. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item 9.5.1, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva. Nessa condição, as propostas de Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP e equiparadas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.5.4. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.5.5. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais propostas microempresa, empresa de pequeno porte e equiparada que se encontram naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.5.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique o primeiro que poderá apresentar melhor oferta.

9.5.7. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteadá pela plataforma eletrônica dentre as propostas empatadas.

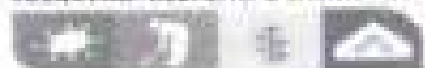
9.5.8. Na hipótese de nenhum dos proponentes exercerem o direito de preferência nos moldes descritos no subitem anterior, será mantida a ordem classificatória original.

9.5.9. Verificação das condições quanto ao tratamento diferenciado

9.5.9.1. Como condição prévia à aceitação da proposta, com o proponente detentor da proposta classificada em primeiro lugar terá usufruído do tratamento diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, o(a) Pregador(a) poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/>), seção "Despesas - Gastos Diretos do Governo - Favorecida (pessoas físicas, empresas e outros)", seção "Despesas - Gastos Diretos do Governo - Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)", bem como no Portal da Transparência dos Municípios do Estado do Ceará (<http://municípios.ce.gov.br/transparencia/>), para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ele recebidas, no exercício anterior, ultrapassa o limite previsto no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, de mesma diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

9.5.9.2. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrange o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, ultrapassa os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

9.5.9.3. Constatada a ocorrência de qualquer das situações que extrapolam o limite legal, o(a) Pregador(a) indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do proponente, conforme artigo 3º, §§9º, 9º-A, 10





e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a consequente redução lance de desempate, sem prejuízo das penalidades incidentes.

CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.5.18. Havendo eventual empate entre propostas ou lances em que incida a aplicação dos CRITÉRIOS DE DESEMPATE E DIREITO DE PREFERÊNCIA fixados no art. 40, caput e seu § 1º, da Lei nº 14.133/2021, respectivamente, deverá ser observada as seguintes regras:

a) Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizadas as seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

- I. disputa final, hipótese em que os proponentes empatados poderão apresentar nova proposta em ato continuo à classificação;
- II. avaliação do desempenho contratual prévio dos proponentes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atendimento de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- III. desenvolvimento pelo proponente de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamentar;
- IV. desenvolvimento pelo proponente de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

b) Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, nos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- I. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital proponente ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade do Município, no território do Estado em que este se localiza;
- II. Empresas brasileiras;
- III. Empresas que investem em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

c) As regras previstas nas alíneas acima não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

9.6. DA NEGOCIAÇÃO:

9.6.1. Apurada a proposta/lance classificado em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pela plataforma eletrônica, contra proposta ao proponente para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

9.6.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais proponentes.

9.6.1.2. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro(a) solicitará a proposta de preço final (consolidada) devidamente assinada do(s) proponente(s) vencedor(es).

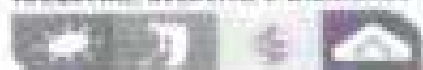
9.7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS FINAL (CONSOLIDADA):

9.7.1. Encerrada a fase de lance e ou negociação, depois de declarado aceito o preço proposto quanto ao último lance ou ao valor negociado, o proponente vencedor deverá encaminhar proposta de preços final (consolidada), devidamente assinada, com os preços atualizados, no prazo máximo de até 02 (dois) horas, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.

9.7.2. Esse prazo poderá ser estendido e/ou prorrogado a critério do(s) Pregoeiro(a) ou a pedido da autoridade competente, caso esta constate a necessidade de maior tempo para elaboração da proposta de preço adequada.

9.7.3. A Proposta de preços final (consolidada) deverá ser apresentada nos moldes padronizados e formalidades exigidas a proposta de preços inicial.

9.7.4. A Proposta de Preços final (consolidada) deverá retratar os preços unitários e totais de cada item ou novo valor proposto, atualizados em consolidada com o preço obtido após a fase de lance/negociação, podendo, o(a) Pregoeiro(a) confrontá-la ante a proposta de preços (inicial).



9.7.3. Caso não seja possível o enquadramento do preço valor global ofertado para o item e ou lote/grupo quando da formalização da proposta de preços final (conformidade) a proponente poderá fazer as devidas adequações, desde que apresente valores inferiores ao seu próprio último valor ofertado.

9.7.4. A proposta de preços final (conformidade) deverá passar redução proporcional ao lance ofertado em todos os itens e ou lotes/grupos, conforme critério de julgamento definido.

9.7.5. A proponente deverá evitar que os valores globais excedam o número de 02 (dois) casas decimais após a vírgula. Caso isto ocorra, o (a) Pregoeiro (a) estará autorizado a adjudicar o objeto realizando arredondamentos a menor valor cotado.

9.7.6. A qualquer momento, o(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer, consultas, análises e verificações por parte de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Acopiara ou da autoridade competente para fins de avaliação da conformidade do objeto cotado às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

9.7.7. Será **DECLASSIFICADA**, por despacho fundamentado, a proposta do licitante que, realizadas as situações e procedimentos previstos nos itens 9.7.9.2 e 9.7.9.4 deste Edital:

- a) Deixar de comprovar requisito para fins de exercício de **DIREITO DE PREFERÊNCIA** (se for o caso);
- b) Deixar de indicar, anotar ou comprovar as informações exigidas neste Edital (e seus ANEXOS) que prejudiquem a Avaliação da qualidade do objeto proposto;
- c) Indicar objeto que não atenda a todas as exigências de qualidade, amostras e às especificações técnicas contidas no Termo de Referência (anexo 01);
- d) Não conter na quantidade numérica e unidade métrica exigidas no Termo de Referência (anexo 01).

9.7.9.1. Será **CLASSIFICADA** a proposta que atenda satisfatoriamente a todas as exigências fixadas no Edital e seus ANEXOS, bem como cujo objeto proposto esteja tecnicamente conforme com as especificações mínimas exigidas no Termo de Referência (anexo 01).

9.7.9.2. Se a proposta for **DECLASSIFICADA**, o(a) Pregoeiro(a) examinará a **PROPOSTA SUBSEQUENTE**, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital e seus ANEXOS, segundo os procedimentos fixados nos subitens anteriores.

9.7.9.3. Determinadas informações e formalidades exigidas pelo presente Edital e seus ANEXOS que não afetem a natureza da proposta de licitante poderão, a critério do(a) Pregoeiro(a) ou da Autoridade Competente, mediante despacho fundamentado, ser dispensadas ou até mesmo complementadas via sistema (via CHAT) ou da ferramenta "ENVIAR ANEXO" pelo(a) Pregoeiro(a), a qualquer momento durante a fase de julgamento, no sentido de ampliar a competitividade e atingir a finalidade do certame.

9.7.9.4. No julgamento das propostas, e considerando o interesse público na maior competitividade possível no certame, o(a) Pregoeiro(a) poderá:

- a) Solicitar complementação de informações, documentos e ajustes na proposta escrita para fins de atendimento das exigências legais e editalícias;
- b) Solicitar ajustes automáticos e/ou de percentuais e naturezas da planilha de custo e formação de preços para fins de adequação da proposta às exigências legais e editalícias, visando majoração do valor global proposto;
- c) Sacar erros ou falhas que não afetem a substância e nem a validade jurídica das propostas e documentos ANEXOS, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação;
- d) Realizar diligências em atos oficiais e/ou via telefone para fins de complementação de informações acessíveis ao que não prejudiquem a segurança da proposta do particular, sendo tudo consignado, via CHAT, na ata dos trabalhos.

9.7.9.5. Sempre que a proposta não for aceita ou for desclassificada, e antes do o(a) pregoeiro(a) passar à análise da subsequente, poderá haver nova verificação automática, pelo sistema, da eventual ocorrência de empate, previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, podendo-se reatir os procedimentos previstos no item 9.5 deste Edital.

9.8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

9.8.1. Da **exequibilidade do lance** ou proposta de preços:

9.8.1.1. Não ocorrendo situação de recusa com base na hipótese acima, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, à sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.



9.8.1.2. Será desclassificada a proposta ou o lanche vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1453/2019 - TCU - Fls. 141), desde que tenha de que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.8.1.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do art. 59, Inc. III, Lei nº 14.133/2021 para permitir ao proponente demonstrar a exequibilidade de seu preço.

9.8.1.4. Considerar-se-á inexequível a proposta que:

a) Não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

a.1) Para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outras, as seguintes procedimentos:

- Questionaristas junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
- Levantamento de informações junto aos órgãos públicos competentes;
- Consultas a entidades ou associações de classe, sindicatos ou similares;
- Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- Verificação de outros contratos que a proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- Pesquisas de preços (nos fornecedores dos insumos utilizados, tais como atacado, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes);
- Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pela proponente;
- Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa: Estudos setoriais;
- Consultas às Secretarias de Fazenda federal, distrital, estadual ou municipal;
- Análise de situações técnicas envolvidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que a proponente dispunha para a prestação dos serviços;
- Demais verificações que parecerem se serem necessárias.

b) Apresentar preço final inferior a 10% (dez por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise de planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

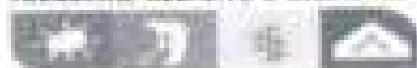
9.8.2. Será considerada inexequível a proposta de preço que não tiver a sua exequibilidade comprovada e, ainda, a que apresente preços globais ou unitários arbitrários, incluindo os de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, arcabouço dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio proponente, para os quais ele renuncie a parcela ou a totalidade da remuneração.

9.8.3. Da convocação para apresentação de documentos complementares a proposta de preços:

9.8.3.1. O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o proponente para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo-se "claro" prazo razoável para tanto, sob pena de não avaliação da proposta.

9.8.3.2. Dentre os documentos previstos de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, sua compatibilidade com Termo de Referência, minuciosando o modelo, tipo, procedência, garantia ou validade, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogo, folheto ou proposta.

9.8.3.3. O prazo estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a) poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do proponente, firmada antes do fim o prazo estabelecido, e firmadamente aceita pelo (a) Pregoeiro(a).



8.8.3.4. Se a proposta de preços final (consolidada) do proponente vencedora for desclassificada, o(a) Pregoeiro(a) enumerará a proposta subsequente, inclusive quando das trancheleiras afetos à negociação, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a aparição de uma proposta que atenda ao Edital.

8.8.3.5. Nos itens não exclusivos a Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123 de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.8.3.6. Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.8.3.7. O(a) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos proponentes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de classificação, observado o disposto na Lei nº 8.786, de 29 de janeiro de 1999.

9.9. DA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

9.9.1. Encerrada a etapa de disputa de lances e envio da proposta de preços final (consolidada), o(a) Pregoeiro(a) verificará o cumprimento das condições de participação, realizando as seguintes consultas/diligências necessárias, a partir da ordem de classificação e apenas em relação à(s) propostas mais bem classificada(s) por item e ou lote/grupo:

- Cadastro Consolidado de Pessoas Jurídicas do TCU, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CENI) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- Consulta ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), mantido pela Receita Federal do Brasil;
- Consulta ao site do Tribunal Superior do Trabalho para fins de identificação de eventual existência de condenação judicial, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravidão ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- Verificação de que o proponente esteja enquadrado nas situações constantes do item 3.1 deste Edital;
- Verificação de que o proponente não esteja enquadrado nas situações constantes do item 3.2 deste Edital;

9.9.2. Não cumpridas quaisquer das condições de participação, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta do proponente, sendo este impedido de prosseguir no certame, por decisão fundamentada, devidamente registrada no campo **DECLASSIFICAÇÃO** da planilha eletrônica BIL.

9.10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.10.1. Quando o(s) proponente(s) classificado(s), o(a) Pregoeiro(a) o convocará em ordem de classificação, via BIL, caso não já tendo sido anexada no instante de cadastro da proposta de preços inicial (nos termos previstos na observação do subitem 7.2 deste Edital), para fins de encaminhamento/anexação da **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**, por meio da opção "ENCAMINHAR", no prazo de até 02h (duas horas), contados a partir da convocação do(a) Pregoeiro(a), podendo ser prorrogado a requerimento do interessado e/ou a critério do(a) Pregoeiro(a), observadas as regras contidas nos itens 05, 07 e 08 deste Edital.

9.10.2. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- avaliação de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

OBSERVAÇÃO: Conforme entendimento firmado pelo TCU, originário do Acórdão nº 1.443/2021 – Plenário, a vedação no art. 64 da Lei 14.133/2021 não alcança documentos destinados a atestar condições de habilitação preexistentes à abertura da sessão pública que não foram anexados ao BIL, no momento oportuno, de forma que PODERÁ o(a) Pregoeiro(a) diligenciar para permitir a **COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTOS**.

9.10.3. Os documentos necessários à habilitação do(s) proponente(s) classificado(s) serão os definidos no Termo de Referência (anexo 01).

9.10.4. A verificação será procedida de acordo com o rito estabelecido no item 9.10.3, deste edital.



9.10.5. O(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar subsídio técnico à unidade técnica Demandante ou ao Órgão Gerenciador do procedimento, bem como, aos setores técnicos especializados, para fins de avaliação da conformidade da documentação de habilitação técnica e qualificação econômico-financeira em relação as exigências contidas no edital (e seus anexos).

9.10.6. Será INABILITADO o licitante que:

- a) deixar de encaminhar ou de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no Item 6 do Termo de Referência do Edital;
- b) apresentar CERTIDÃO ou outro documento com prazo de validade vencido;
- c) apresentar quaisquer documentos em desacordo com este Edital, inclusive quanto ao previsto no Item 9.10.1 do edital;
- d) não cumprir em seu ato constitutivo atividade econômica compatível com o objeto da presente licitação;
- e) não cumprir exigência(s) de habilitação prevista neste Edital e seus anexos.

9.10.7. Sendo o licitante Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, não terá motivo de INABILITAÇÃO a existência de restrições na sua HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA, sendo observado o seguinte procedimento:

- a) será o licitante DECLARADO HABILITADO na certame para fins de posterior regularização, nos termos definidos na Lei Complementar nº 118/2004;
- b) será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da convocação para assinatura do termo de contrato, prorrogável por igual período a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões, visando levantar a(s) restrição(ões) identificada(s) na fase de habilitação;
- c) a não regularização da situação fiscal no prazo fixado na alínea anterior acarretará na decadência do direito à contratação, sendo facultado à PREFEITURA MUNICIPAL DE ACOPIARA convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação para firmamento do contrato.

9.10.8. No julgamento da habilitação, poderá o(a) Pregoeiro(a) adotar os procedimentos, diligências e decisões que visem sanar erros ou falhas que não prejudiquem a validade e segurança jurídica da documentação apresentada.

9.11. DA FASE DE RECURSOS:

9.11.1. Declarado o(s) vencedor(es), o(a) Pregoeiro(a) abrirá prazo mínimo de 15 (quinze) minutos, durante esse período qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua INTENÇÃO DE RECORRER com registro da síntese de seus razões, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por qual(is) motivo(s).

9.11.2. O RECURSO ADMINISTRATIVO poderá atacar qualquer ato decisório ou procedimento adotado pelo(a) Pregoeiro(a) ou pela autoridade competente a qual resultou em deliberação ao julgamento, durante todo o certame, não sendo meio adequado para impugnar regras de edital e seus anexos.

9.11.3. Havendo registro da INTENÇÃO DE RECURSO, o(a) Pregoeiro(a) terá JULGO DE ADMISSIBILIDADE da intenção de recorrer manifestada, acolhendo-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema, em razão de não observância dos pressupostos materiais de admissibilidade.

9.11.4. Será rejeitada a INTENÇÃO DE RECURSO de caráter protelatório que:

- a) seja registrada por quem não tenha legítima interesse;
- b) seja intempestiva;
- c) não ataque ato decisório ou procedimental praticado pelo(a) Pregoeiro(a) no certame; e/ou
- d) seja fundamentada em mera insatisfação do licitante, sem que haja a explícita alegação de qualquer fato prejudicial ao mesmo ou que tenha acarretado dano ou desconformidade com o presente Edital e/ou com a legislação vigente.

9.11.5. A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita terá o prazo de até 03 (três) dias para apresentar os memoriais contendo as razões recursais, obrigatoriamente por meio de registro no sistema e, havendo imagens, fotografias e demais informações não suportáveis pela plataforma, também deverão ser enviadas via e-mail constante do quadro resumo deste edital, ficando as demais licitantes, desde logo e preclusão na Plataforma do BIL, obrigadas a apresentar contrarrazões, também via sistema e e-mail, no caso da atuação anterior, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.



9.11.6. Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá coligar vistas dos autos ou solicitar as informações do certame disponíveis na própria plataforma eletrônica BIL.

9.11.7. Decorridos os prazos de apresentação de razões e contrarrazões, o(a) Pregueiro(a) deverá analisar fundamentadamente os fatos e fundamentos arguidos pelo(s) recorrente(s), podendo, em sede de julgamento de reanulação:

a) reconsiderar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, reformando-a; ou,

b) manter inalterada a decisão recorrida;

c) nomear em diligência os autos para fins de prosseguimento, solicitar informações, parecer técnicos ou demais informações da área técnica interessada/responsável e/ou jurídico para fins de proclamação do decisão, substituído quando o mérito recursal não versar sobre ato, decisão ou incumbência em que não se encontre a competência do(a) Pregueiro(a).

9.11.8. Caso não haja a reconsideração total do ato ou decisão adotada, os memoriais de razões recursais deverão ser submetidos, depois de devidamente instruído pelo(a) Pregueiro(a), à análise hierárquica superior para fins de decisão final, podendo a autoridade competente do procedimento:

a) decidir de pronto o mérito do recurso, segundo os documentos e informações contidos nos autos, como também os fundamentos da decisão do(a) Pregueiro(a);

b) determinar prévia envio de parecer da área técnica interessada e/ou jurídico para fins de decisão.

9.11.9. A não apresentação das razões referente à intenção de recurso registrada no sistema no prazo legal importa prejuízo do direito de recurso, precludendo, portanto, a adjudicação do objeto e homologação do certame.

9.11.10. A critério do(a) Pregueiro(a) ou da autoridade superior, e considerando eventuais indícios de ilegalidades ou irregularidades no julgamento do certame apontados na própria intenção de recurso, poderá haver a análise de mérito do recurso independente da apresentação dos respectivos razões (ou de sua apresentação fora do prazo legal), como merecimentos do direito constitucional de petição (art. 5º, XXXV, "a", CRFB/1988).

9.11.11. Não cabe recurso adesivo por ocasião de exercício do direito de contrarrazões.

9.11.12. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis do aproveitamento, sendo cabível a Sessão Pública para fins de prosseguimento do certame e exploração dos atos decorrentes da decisão.

9.11.13. No caso de licitações com julgamento por item e/ou por grupo/lotes, a anulação de intenção de recurso apenas suspenderá a tramitação do processo licitatório em relação ao(s) item(ens)/grupo/lotes(s) recorrido(s), inclusive quanto ao prazo de validade da proposta, o qual somente recomençará a contar quando da decisão final da autoridade competente, sendo realizado o encerramento da sessão e adjudicação do objeto pelo(a) Pregueiro(a) em face dos demais itens/grupos de objeto da licitação, através de adjudicação ou homologação parcial.

9.12. SUSPENSÃO E REABERTURA DA SESSÃO

9.12.1. O(a) Pregueiro(a) é facultado, a qualquer momento, suspender a sessão mediante motivo devidamente justificado e marcar seu prosseguimento para outra ocasião, ficando constar esta decisão na plataforma eletrônica. Neste caso, a sessão terá continuidade a qualquer dia e hora, ficando a cargo do(a) Pregueiro(a) analisar o devido aqulamento prévio na plataforma da BIL.

9.12.2. O(a) Pregueiro(a), a qualquer tempo, na análise das propostas de preços e seus ANEXOS, das amostras, quando houver, e dos documentos de habilitação, poderá solicitar outros documentos, pareceres técnicos e/ou suspender a sessão para realizar diligência a fim de obter melhores subsídios para as suas decisões. Neste caso, a sessão de preço na forma eletrônica será suspensa e será retomada somente decorrida 24h (vinte e quatro horas) após a comunicação do prosseguimento aos participantes, a qual serão informados na plataforma da BIL (BIL).

9.12.3. A Sessão Pública poderá ser REABERTA, em prazo não inferior a 24h (vinte e quatro horas), em relação ao(s) ITEM(ENS) e/ou GRUPO/LOTE(S) de objeto que apresentou os seguintes eventos, observada sempre a ordem classificatória da fase de lances:

a) julgamento favorável em sede de recurso administrativo que leve à anulação de atos de fase preparatória ou da própria Sessão Pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;



- b) Constatada erro/impropriedade na aceitação e julgamento da proposta, ou no julgamento da habilitação, o certame estará retratado em procedimentos imediatamente anteriores ao instante do erro/impropriedade declarada;
- c) Licitante declarado vencedor que não assinar o instrumento contratual, não havendo CADASTRO DE RESERVA, sendo o certame retomado da fase de aceitação e julgamento das propostas;
- d) Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP e equiparadas com restrição de habilitação fiscal e trabalhista que, vencedora do certame, não comprovem tal regularidade no prazo fixado neste Edital, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, sendo reiniciados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;
- e) Licitante vencedor que não mantenha as condições de participação e de habilitação até o momento da assinatura do instrumento contratual, sendo reiniciados os procedimentos de aceitação e julgamento das propostas.

9.12.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta, sendo devidamente registrados na plataforma eletrônica TLL a data e hora de tal reabertura.

9.13. ENCERRAMENTO DA SESSÃO:

9.13.1. Da sessão do Pregão será lavrada ata circunstanciada, que mencionará os proponentes participantes, as Propostas de Preços e demais variáveis numeradas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma assinada, ao final, pelo(s) Pregoeiro(s) e sua Equipe de Apoio.

9.13.2. Ao final da sessão, caso não haja intenção de interposição de recurso e o preço final seja compatível com os preços de mercado previstos para a contratação, será feita pelo(s) Pregoeiro(s) a adjudicação do objeto desta licitação ao proponente declarado vencedor do certame e encerrada a sessão, após o que, o processo, devidamente instruído, será encaminhado:

- a) Para as publicações quanto resultados do certame, instrução da feita e deliberações quanto aos prazos de julgamento;
- b) À Assessoria Jurídica da PREFEITURA MUNICIPAL DE ACOPIARA/CE, para fins de análise e parecer jurídico;
- c) E depois à(s) autoridade(s) competente(s) para homologação e subsequente formalização de ABP/Contrato(s).

10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

10.1. Quando não houver recurso administrativo, o(s) Pregoeiro(s) encerrará a sessão e adjudicará o objeto ao(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) for(em) considerada(s) vencedora(s) do certame. Neste caso, o(s) Pregoeiro(s) encaminhará o processo devidamente instruído à apreciação da Autoridade Competente para fins de HOMOLOGAÇÃO.

10.2. O objeto da licitação será adjudicado ao proponente declarado vencedor, por ato do(s) Pregoeiro(s), caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

10.3. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente poderá:

- a) homologar o certame para produção de todos os efeitos de fato e de direito previstos na legislação;
- b) anular o certame, total ou parcialmente, em razão de ilegalidade, determinando o aproveitamento dos atos não viciados; ou,
- c) revogar o certame, total ou parcialmente, por razões de conveniência e oportunidade, à luz do interesse público primário tutelado.

10.4. A adjudicação e ou a homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

d) Não havendo homologação do certame após decorridos **60 (sessenta) dias** da data de abertura das propostas, fica(m) o(s) licitante(s) liberado(s) dos compromissos assumidos em sua(s) proposta(s).

11. DA(S) DOTAÇÃO(ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S)





11.1. Por se tratar de licitação via Sistema de Registro de Preços - SRP, os presentes procedimentos não foram fixados as dotações orçamentárias e fontes de recursos correspondentes ao objeto, posto que estes somente serão definidos quando do momento de contratação, haja vista a natureza do procedimento e a não obrigatoriedade vinculativa, sobretudo, ocasionado pela impossibilidade de eventuais contratações.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. PROCEDIMENTOS DE FORMALIZAÇÃO:

12.1.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, o Município de Acoiara convocará o proponente vencedor para assinatura da Ata de Registro de Preços, que firmará o compromisso para futura contratação entre as partes, pelo prazo previsto, nos termos do modelo que integra este Edital.

12.1.2. As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas mediante lavratura da respectiva ata de registro de preços, assinada pelo município, através do Sr(a) Gerente(a)ador, representada pelo(a) Ordenador(a) de Despesa, e o proponente vencedor, que observará os termos deste edital e seus anexos e a Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.

12.1.3. O Proponente Vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias, contado a partir da convocação, para subscrever a Ata de Registro de Preços.

12.1.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (um) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante sua transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo Município de Acoiara - Ce. Ademais, O Sistema de Registro de Preços possibilita a prorrogação da Ata de registro de preços, como também a renovação integral de quantitativos, a presente medida encontra respaldo no entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União, conforme disposto no Acórdão nº 547/2026, que admite, em caráter excepcional e devidamente justificada, a possibilidade de renovação ou manutenção de saldos de atas de registro de preços, desde que demonstrada a vantagem, a necessidade administrativa e a ausência de prejuízo à competitividade e à economia.

12.1.5. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a vantagem.

12.1.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

12.2. DO CADASTRO RESERVA

12.2.1. Após a homologação da licitação deverão ser observadas as condições para a formalização da ata de registro de preços e o respectivo cadastro reserva, de modo que será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

a) Dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, os serviços ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

b) Dos licitantes ou dos fornecedores que manifestem sua proposta original.

12.2.2. No caso de impossibilidade de atendimento pela signatária da ata, preferencialmente, será observada a existência de formação de cadastro de reserva.

12.2.3. A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o saliente anterior somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no edital; ou

b) Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas na ABP, na Lei.

12.3. DA CONVOCAÇÃO DE REMANESCENTES

12.3.1. Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação, verificada a inexistência ou o não estar dentro do cadastro reserva, observado o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:





a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção do preço melhor, mesmo que acima do preço do melhor anexo do adjudicatário.

b) Adjudicar e celebrar o contrato nos condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12.3.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o ocorrerá as penalidades legalmente estabelecidas e a imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.4. A recusa injustificada ou a ausência de justificativa por parte da vencedora, passível de análise pela Administração, em não formalizar a Ata de Registro de Preços, no prazo estabelecido, sujeitará a Proponente à aplicação das penalidades previstas neste Edital.

13. DA FORMALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES

13.1. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

13.2. Dentro da validade da ARP, o adjudicatário registrado poderá ser convocado para comparecer perante o órgão ou entidade para firmar contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

13.3. A Administração convocará o adjudicatário para assinar, mediante correspondência mais eletrônica ou publicação no Diário Oficial do Município – DOM, para que seja assinado no prazo de 05(cinco) dias, a contar da data de seu recebimento da convocação, sob pena de decair de direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.5. O prazo de vigência da contratação será aquele estipulado no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

13.6. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

13.7. Incumbirá à Administração providenciar a publicação do contrato nos termos do parágrafo único art. 61 da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.

13.8. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E DAS IMPLICAÇÕES POR NÃO ATENDIMENTO À CONVOCAÇÃO

13.9. Se o adjudicatário quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura do contrato, poderá ser convocado outro proponente, desde que respeitadas a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e cumprimento os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais consequências legais.

14. DO PAGAMENTO E DEMAIS CONDIÇÕES DO OBJETO

14.1. As condições de pagamento, obrigações, detalhamentos e demais especificidades quanto ao objeto e não abordados na parte geral deste edital, serão aqueles constantes do Termo de Referência e seus anexos.

15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

15.1. Ficando sujeitos às penalidades previstas na Lei nº 12.846/2013 aqueles que cometerem atos lesivos à administração pública, assim definidos, no tocante a licitações e contratos:

a) fraudar ou fraudar, mediante astúcia, coação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou utilização de vantagens de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;



- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contratos administrativos;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações no preçário ou de prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

15.2. Constitui infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que, com dolo ou culpa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- b) não emendar a proposta em decorrência de fato superveniente devidamente justificada, não mantiver a proposta em especial quando:
 - b.1) não enviar a proposta adaptada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b.2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigido;
 - b.3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - b.4) deixar de apresentar amostra;
 - b.5) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações de edital;
- c) não celebrar ata de registro de preços ou contrato ou não entregar a documentação exigida para a estrutura de tais instrumentos, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) recusar-se, sem justificativa, a assinar a ata de registro de preços ou contrato, ou a assinar ou rubricar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- f) fraudar a licitação;
- g) comportar-se de modo indelétrico ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - h) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - i) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - j) apresentar amostras falsificadas ou deterioradas;
 - k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - l) praticar ato ilícito previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

15.3. Nos termos dos arts. 153, 156 e 162 da Lei 14.133/2021 e das disposições constantes do Termo de Referência, após o regular Procedimento Administrativo de Apreciação de Responsabilidade - PAAR, serão apenados de acordo com a seguinte dosimetria, sem prejuízo das multas eventualmente previstas no Termo de Referência e das demais penalidades legais, assegurado a ampla defesa:

Ocorrência	Penalidade
a) Dar causa à inexecução parcial do objeto	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
b) Dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
c) Dar causa à inexecução total do objeto	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 1 (um) ano a 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
d) Deixar de entregar documentação exigida para o certame	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 1 mês a 6 (seis) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
e) Não manter a proposta, salvo em decorrência	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da



de fato superveniente devidamente justificada.	Dado pelo período de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
f) Não celebrar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando cometido dentro do prazo de validade de sua proposta.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
g) Envio de retardamento da execução do objeto ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 3 (três) meses a 1 (um) ano e 6 (seis) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do objeto.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos.
i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do objeto.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos.
j) Comportar-se de modo ilícito ou cometer fraude de qualquer natureza.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos.
k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos.
l) Praticar ato lesivo previsto no art. 3º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos.

15.4. Nas condutas previstas nas letras "f", "g", "h", "i", "j", "k" e "l" do item 15.3, quando justificada a imposição de penalidade mais grave, será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo máximo de 3 (três) anos e mínimo de 6 (seis) meses.

15.5. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

15.6. Para todo ato inconveniente ou ilícito que tenha indício de causar dano ou prejuízo à Administração Pública ou ao erário deverá instaurar-se o procedimento administrativo de apuração dos fatos. Os casos ocorridos durante os procedimentos de contratação serão comunicados oficialmente e formalmente pelo(a) Pregoeiro(a) ou por qualquer outro servidor o qual prescrever o cometimento do ato, o qual deverá ser reportado à Assessoria Jurídica da PREFEITURA MUNICIPAL DE ACOPIARA para a devida apuração.

15.7. As penalidades somente deverão de ser aplicadas mediante comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de fato maior impeditivo do cumprimento da obrigação e/ou manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido deriva de fato imputável à Administração.

15.8. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à proponente, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as circunstâncias à proponente serão elucidadas por meio do envio de e-mails eletrônicos ("e-mail") destinados ao apresentador, em documentos do processo.

15.9. Quando a ação ou omissão causar a prática de uma infração, será aplicada a mais grave das penas cabíveis ou, se igual, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de 1/3 até metade, justificadamente, em decorrência da gravidade da conduta.

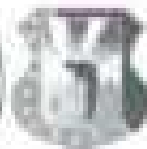
15.10. A penalidade resultante da aplicação do item anterior não poderá ser maior do que as penalidades consideradas cumulativamente.

15.11. O cometimento reiterado de atos imputáveis dos prazos previstos para a execução do objeto poderá resultar em cancelamento do registro de preços do Fornecedor.

15.12. Será considerado em estado de retardamento cometimento do atraso dos prazos o Fornecedor que incurrir no terceiro atraso injustificado, ao longo da vigência da Ata.

15.13. A multa, calculada na forma da Anexo I - Termo de Referência, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da ata de registro de preços e será





aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei n. 14.133/2021.

15.14. Se a multa aplicada e as indenizações cobrirem faturas superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao Fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.15. Se a garantia contratual exigida for prestada por seguradora, essa será notificada da abertura de processo de apuração de responsabilidade do qual possa resultar na aplicação da penalidade de multa ao Fornecedor.

15.16. O licitante ou o Adjudicatário será notificado para apresentar defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da notificação. Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

15.17. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.18. A aplicação das sanções previstas de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, conculadas ou não com multa, requererá a instauração de Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, a ser conduzido por comissão composta de no máximo 3 (três) servidores efetivos, que avaliará fatos e circunstâncias concretas e intimará o licitante ou o fornecedor para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretende produzir.

15.19. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de postergação de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o Fornecedor poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

15.20. Serão ineficazes pela Comissão de PAR, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, irrelevantes, desconhecidas, prolatadas ou inimpugnadas.

15.21. A prescrição da pretensão de aplicação das sanções ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida e suspensa na forma da Lei.

15.22. Excepcionalmente, desde que justificado pelo gestor do ato, no Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, o município poderá, ad cautelam, efetuar a retenção do valor da multa prometida, em conformidade com o instrumento convocatório, Termo de Referência, ou ato de registro de preços, e instaurar de imediato o procedimento administrativo para apuração de responsabilidade por descumprimento, que deverá ser tramitação prioritária.

15.23. Todas as penalidades serão registradas, para efeito de publicidade, no Cadastro Conhecido de Pessoa Jurídica do TCU, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CENI), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e demais sistemas internos, no prazo máximo de 15 dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

15.24. No caso de provimento de recurso ou de reconsideração da decisão, os autos serão remetidos à Secretaria de Finanças para devolução ao fornecedor dos valores eventualmente retidos.

15.25. Os instrumentos de encaminhamento, de defesa prévia e de recursos eventualmente interpostos pelos licitantes, adjudicatários e/ou por quaisquer interessados deverão ser instruídos com os documentos necessários à prova das alegações nelas contidas. Referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em duas versões originais e/ou em versões conferidas com o original por servidores da Administração Pública, sob pena de, a critério exclusivo do município, não serem avaliados. Caso o fornecimento de cópias de documentos seja requerida ao município, as despesas correspondentes deverão ser ressarcidas previamente, em Documento de Associação Municipal - DAM.

16. FRAUDE E CORRUPÇÃO

16.1. As propostas deverão observar as mais altas padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira. Para os propósitos deste item, define-se as seguintes práticas:

a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;





comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá analisá-lo por legalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de impugnação fundamentada.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos o interesse público, sem comprometimento da segurança e do regular funcionamento da administração.

18.2. Os casos omissos poderão ser resolvidos pela(s) Pregoeiro(a) durante a sessão e pela(s) autoridade(s) competente(s), em outros casos, mediante aplicação da Lei Municipal nº 2.676/2023, de 20 de dezembro de 2023, a qual criou o Regulamento Interno de Licitação e Contratos – RILC da PREFEITURA MUNICIPAL DE ACOPIARA e a Lei nº 18.133/2021 de 1º de abril de 2021.

18.3. Nenhuma indenização será devida às proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital, nem em relação às expectativas de contratação dela decorrentes.

18.4. Na montagem dos prazos estabelecidos neste edital, inclui-se o dia de início da montagem e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam a vencer prazos em dia de expediente normal no Município, exceto quando for expressamente estabelecido em contrário.

18.5. Os atos de prosseguimento das sessões, a decisão sobre os recursos interpostos, a Anulação ou revogação serão feitos aos interessados mediante a plataforma www.bli.compras.gov.br.

18.6. Qualquer informação poderá ser obtida das 08h00min às 14h00min, no sede do Departamento de Licitação da Prefeitura de Acoiara, situado no endereço Avenida José Marques Filho, nº 600 Vila Anseiro, Acoiara/CE | CEP: 62540000.

18.7. O referido edital e seus ANEXOS estão disponíveis na seguinte site virtual: <https://municipios-licitacoes.ce.gov.br>, nos termos da IN 04/2013-TCM/CE.

18.8. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente edital será competente o Foro da Comarca de Acoiara - CE.

Acoiara/CE, 20 de abril de 2024.

TALES MARTINS TEIXEIRA FLORENTINO
ORDENADOR(A) DE DESPESAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACOPIARA/CE

